

ELETROBRAS / ELETROSUL

## GREVE NACIONAL MOSTRA FORÇA E UNIÃO



A greve nacional dos eletricitários iniciada no dia 16 de julho demonstra a união da categoria. A adesão é quase total e o movimento demonstra força em todas as 14 empresas do Grupo Eletrobras. Apesar de algumas ações isoladas por parte das empresas para dificultar o trabalho das entidades sindicais, como interdito proibitório em algumas empresas no norte do país e as correspondências pessoais enviadas pela Eletrosul diretamente aos trabalhadores através de telegrama, as tentativas das empresas de desarticular a ação dos trabalhadores não estão surtindo efeito. A greve ganha força, dando claros sinais de que os trabalhadores estão decididos a manter-se na luta por um Acordo Coletivo de Trabalho justo. As entidades sindicais permanecem atuando para abrir as portas da negociação.

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) tentaram uma audiência junto ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, mas até o momento do fechamento desta edição do jornal Linha Viva, não havia nenhuma informação sobre esta reunião. Por outro lado, aqui na região sul, os sindicatos que compõem a Intersul solicitaram a mediação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina – SRTE/SC, para uma reunião com os representantes da Eletrosul. Participaram também da reunião representantes dos sindicatos de categorias diferenciadas que atuam na Eletrosul. A reunião ocorreu dia 16 de julho e continuou dia 17, com a discussão da manutenção dos serviços essenciais à vida e à segurança da população durante a greve. Mesmo com a mediação da SRTE não houve acordo entre a empresa e os sindicatos sobre as formas de garantia destes serviços, uma vez que a posição da Eletrosul é divergente da posição dos sindicatos que apresentaram a proposta de manutenção da operação das unidades em turnos controlados pelo comando de greve e a garantia de discutir com a empresa pontualmente o quantitativo de pessoal para atender as emergências que eventualmente venham a ocorrer.

Enquanto estas tratativas para definição do quadro mínimo não se concluem, a greve se mantém forte e os sindicatos continuam a disposição das empresas para a qualquer contato necessário, na expectativa de que uma negociação seja estabelecida de fato, com posições por parte das empresas e do governo federal, que sinalizem claramente para a possibilidade de avanços no acordo coletivo de trabalho, com respeito às reivindicações dos trabalhadores.

Enquanto estas tratativas para definição do quadro mínimo não se concluem, a greve se mantém forte e os sindicatos continuam a disposição das empresas para a qualquer contato necessário, na expectativa de que uma negociação seja estabelecida de fato, com posições por parte das empresas e do governo federal, que sinalizem claramente para a possibilidade de avanços no acordo coletivo de trabalho, com respeito às reivindicações dos trabalhadores.



Trabalhadores da Eletrosul permanecem mobilizados na Greve Nacional

Fotos: Arquivo Intersul

**“A energia do Brasil está em nossas mãos e sem ganho real a greve continua geral”!**



## Cuidar do trabalhador é responsabilidade social

Aconteceu em Balneário Comboriu o IIIº Encontro de Responsabilidade Social da Celesc nos dias 26 a 28.06.2012. A Intercel também participou do encontro no sentido de fortalecer a responsabilidade social direcionando o foco para a saúde e segurança do trabalhador. O encontro possibilitou fazer uma avaliação das atividades realizadas, definir as diretrizes e planejar as atividades futuras. No entendimento do representante da Intercel, Rinaldo Irineu de Souza, a empresa tem feito um ótimo trabalho com o público externo, mas precisamos de uma vez por todas, melhorar as precárias condições de trabalho da Celesc, colocando em prática o plano de ação de saúde

e segurança (a ser firmado na ACP 2786). A mudança desta realidade será possível com o comprometimento do grupo de responsabilidade social, gerentes e demais trabalhadores. Responsabilidade social é cuidar da vida de todos os trabalhadores e da sociedade em geral.

Ao final do evento foi destacada a importância de apresentar o relatório do planejamento à Diretoria Colegiada para aprovação; socializar o plano com os sindicatos, empregados, gerentes e demais atores, e por fim, elaborar um caderno eletrônico com as diretrizes e o plano de responsabilidade social.

## Concurso público, quadro de pessoal e a situação da Celesc

É notório que há muito tempo os celesquianos vem sofrendo com a falta de pessoal em todas as áreas da empresa. Muito disso é fruto de um conceito deturpado onde acreditava-se que o importante era diminuir o custo da folha de pagamento, sem importar-se com princípios fundamentais como a saúde e segurança dos trabalhadores e o bom atendimento à sociedade.

À medida em que trabalhadores iam se desligando da empresa, seus companheiros que ficavam eram obrigados a administrar os serviços que se acumulavam, sem que os quadros da empresa fossem recompostos de forma inteligente, ou seja, considerando um quadro de lotação que suprisse a necessidade da população, sem explorar os trabalhadores.

Além disso, um grande erro administrativo se expandia: a falta de pessoal, além de expor os trabalhadores à sérios riscos também aumentava os gastos da empresa, uma vez que para suprir a demanda de serviço que ficou represada pela não contratação de trabalhadores, os celesquianos

eram obrigados a estender suas jornadas criando uma cadeia de horas-extras que extrapola a racionalidade.

Em resumo, mantinha-se um gasto excessivo com pessoal, piorava a qualidade e agilidade no atendimento à população e ainda expunha os trabalhadores à riscos iminentes de saúde e segurança.

A atuação do Ministério Público nos últimos tempos vem tentando corrigir parte destes problemas. A ação civil pública que trata da saúde e segurança do trabalhador é um passo para a construção de um plano que regulamente e fiscalize o cumprimento de normas e medidas seguras para que os celesquianos exerçam suas atividades laborais. O MP também recomendou à Celesc a contratação de eletricitistas através de concurso público, visando o cumprimento das legislações trabalhistas que vinham sendo ignoradas.

Fato louvável, mas que não pode se restringir apenas a este grupo funcional. A contratação deve, junto com a implantação de uma política de

centralização de atividades administrativas (pretendida, mas até agora inexistente) ser prioridade, considerando as reais necessidades em todos os grupos funcionais.

A situação é desesperadora em algumas regionais e a saída de mais trabalhadores pelo Plano de Demissão Voluntária vai aumentar o problema. Um exemplo explícito disso é a Agência Regional de Videira que trabalha hoje com 84 empregados (10 destes inscritos no PDV), enquanto o último estudo sobre o quadro de lotação apontava a necessidade de 126 trabalhadores. A regional encaminhou carta ao presidente da Celesc com um abaixo-assinado subscrito solicitando a recomposição do quadro de forma urgente e o empréstimo de trabalhadores de outras regionais até a situação desesperadora amenizar.

A manifestação dos trabalhadores de Videira é emblemática e junta-se à luta dos sindicatos da Intercel pela implantação de um quadro de pessoal próprio que contemple os anseios da sociedade e o bem estar dos trabalhadores.

### RETROSPECTIVA ACT CELESC

## CONCURSO PÚBLICO

É a Constituição Federal que estabelece a obrigatoriedade de concurso público para contratação de pessoas nas empresas públicas, conforme expresso no seu artigo 37: “ **a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei...**”.

A história dos concursos na CELESC já conta mais de vinte anos. Os sindicatos preocupados com o alto índice de terceirizações passaram a cobrar da empresa a realização destes concursos. No acordo de 1989, a cláusula estabelece os critérios para a realização de concurso público. A cláusula não consta nos acordos de 1990 a 1994. No acordo 1995/96, a CELESC se compromete a admitir novos funcionários através de concurso público. Esta cláusula também aborda a questão da redução do quadro de pessoal, especificando os motivos pelos quais podem ocorrer demissões. De 1996 a 2002, a cláusula trata somente de concursos públicos. Nos acordos de 2002/03 a 2004/05, o concurso público está incluído na cláusula de Comissão de Recursos Humanos e em outra cláusula aparece a preocupação com as questões afirmativas que contemplem a questão racial, de gênero e a hipossuficiência econômica. A partir de 2007 também contempla os portadores de necessidades especiais. A ne-

cessidade da realização de um concurso público amplo e abrangente na CELESC torna-se ainda mais evidente quando analisamos o alto índice de inscrições no PDV que poderão levar a um colapso operacional na empresa já nos próximos meses. A CELESC realizou recentemente dois concursos para a admissão de engenheiros e advogados. Piso dos advogados a parte, a empresa cumpriu o Acordo Coletivo de Trabalho vigente e manteve todos os benefícios existentes no ACT atual para os novos eletricitários. Graças a um processo repleto de debates e de intensa negociação, garantimos a estes trabalhadores os mesmos direitos de quem já estava na empresa. Esperamos que a empresa contrate novos empregados com estas mesmas condições. Não podemos aceitar dois pesos e duas medidas, como vem dando a entender a orientação do Conselho de Administração ao condicionar a aprovação do PDV a uma política de segregação de direitos, via acordo coletivo. Se a CELESC pretende ser a melhor empresa do setor elétrico, nas palavras de seu presidente, precisa ter um corpo funcional qualificado e coeso, sem diferenças que atrapalhem a convivência harmoniosa. Não há como aceitar que essa discussão, sepultada na última data-base com a aceitação do próprio Conselho de Administração e amplamente defendida pela Diretoria, volte à mesa nas negociações dessa data-base. Concurso Público sim, com a internalização das atividades fins e isonomia de direitos!

# Caravana da Intercel chama trabalhadores para a luta

Fotos: Arquivo Intercel



Caravana da Intercel em São Miguel d'Oeste e Joinville

Desde terça-feira, dia 17, a caravana da Intercel tem percorrido as Agências Regionais da Celesc debatendo com os trabalhadores o processo de data-base que iniciou com as assembleias regionais e dará um grande passo rumo à negociação do Acordo Coletivo de Trabalho com a aprovação das cláusulas a serem reivindicadas na Assembleia Estadual.

Mais do que informar, a Caravana da Intercel busca conscientizar os trabalhadores da importância de participar efetivamente do processo, unidos com os sindicatos que compõem a Intercel e dedicando-se à luta por um acordo coletivo justo e bom para todos. Novamente temos perspectivas temerárias para esta negociação, com a ressurreição da nefasta segregação de direitos, defendida pelos acionistas minoritários e aparentemente encampada pelo governo. Vale lembrar que no último ACT a questão da segregação já havia sido superada, inclusive com dados concretos que justificam a posição da Intercel: retirar direitos de quem está entrando na empresa não surte o efeito desejado pelos acionistas, ou seja, não impacta significativamente na folha de pagamento da empresa. Além disso, temos a palavra do presidente que se apresenta como um gestor "garantista", inclusive com a publicação, ao término do ACT passado, de um material oficial da empresa dando ciência dos benefícios concedidos a todos os trabalhadores, sem distinção nem segregação.

Na contramão das promessas, no entanto, seguem as políticas da diretoria que teima em retirar direitos adquiridos pelos trabalhadores, como a eleição para diretoria comercial. O processo eleitoral deverá ser realizado entre os meses de agosto e setembro e, até o momento, nada foi divulgado. O pior de tudo, conforme já registrado no último Linha Viva, a Diretoria Colegiada deliberou por nomear interinamente o Diretor Presidente como sendo o novo Diretor Comercial da Holding e da Geração, desrespeitando frontalmente o novo estatuto, que estabelece que o Diretor Comercial da Holding deve ser, obrigatoriamente, o mesmo Di-

retor Comercial da Geração e da Distribuição! Outro motivo de extrema preocupação aos trabalhadores é a revisão do Plano de Cargos e Salários da Celesc. O prazo para a revisão do PCS, contratada em dezembro de 2010, era de 18 meses. Apesar de ter criado um GT para essa revisão, a Celesc não conseguiu cumprir os prazos estabelecidos e deveria realizar a progressão por merecimento em julho de 2012 respeitando o ACT atual, antes de quaisquer pedidos de prorrogação de prazo para a revisão. Infelizmente, além de comunicar os trabalhadores que os processos de avaliação de desempenho não seriam realizados em tempo hábil para o cumprimento do merecimento, a Celesc encaminhou proposta à Intercel na última semana de junho com inúmeras alterações que deverão ser amplamente discutidas e aprovadas em Assembleia com toda a categoria, inviabilizando qualquer discussão para esse ano. Vários são os pontos de discordância com essa nova minuta apresentada pela empresa: alteração dos pesos dos fatores de movimentação do merecimento que não respeitam o discutido no GT, alteração da data-base do PCS para outubro sem o pagamento retroativo a julho, condicionamento do cumprimento do PCS ao comportamento da parcela B da tarifa e dos ganhos recebidos nas negociações do ACT – o que pode transformar o plano em uma verdadeira rainha da Inglaterra: existe, mas ninguém conhece, ninguém viu – além de não contemplar a revisão da curva salarial dos grupos ocupacionais com a sua efetiva atualização.

Com todos esses pontos soltos, aqueles que ainda acreditam que teremos uma negociação tranquila e que por isso sua participação na luta dos eletricitários catarinenses é supérflua, devem repensar com muita urgência. As negociações do ACT estão quase aí e com o cenário que se desenrola precisamos estar unidos em defesa dos trabalhadores, de nossos direitos e de nosso ACT. **Vamos juntos em defesa de um ACT justo e bom para todos!**

## ELETROSUL

### Cipa pede explicações à Diretoria da Eletrosul

Conforme correspondência entregue para a diretoria da Eletrosul em 13/06, a CIPA - Sede, com base na alínea m do item 5.16 da NR 15, que preconiza como atribuição da CIPA, "requisitar ao empregador e analisar as informações sobre questões que tenham interferido na segurança e saúde dos trabalhadores", pede explicações à diretoria da Eletrosul sobre a nova política de operação que está sendo implementada na empresa.

A Comissão questiona por não ter sido incluída nas discussões sobre a referida política, o que não possibilitou "participar com o SESMT, das discussões promovidas pelo empregador, para avaliar os impactos de alterações no ambiente e processos de trabalho relacionados à segurança e saúde dos trabalhadores"; atribuição da CIPA prevista na Norma Regulamentadora - NR 5.

Por esta razão (exclusão nas discussões) e por não ter sido proporcionado espaço para avaliação dos impactos da mudança do processo de operação, antes de sua implantação, a CIPA - Sede solicita à Diretoria Executiva da Eletrosul informações detalhadas sobre o processo em andamento. Segundo a própria Comissão, "as informações solicitadas referem-se ao número de trabalhadores afetados, direta ou indiretamente, possível interferência dessas mudanças na segurança e na saúde dos trabalhadores, seja das áreas-fim ou das demais áreas envolvidas e outras informações pertinentes."

O mandato dos integrantes da Comissão que pede as devidas informações encerrou-se, cabe agora aos novos integrantes a responsabilidade de cobrar a resposta sobre o assunto mencionado, uma vez que - segundo a CIPA em questão,

"contribuirão para proporcionar aos membros da Comissão o conhecimento necessário sobre a nova política de operação, permitindo que a CIPA possa manifestar-se com recomendações à empresa, em cumprimento a sua atribuição legal". Os sindicatos que compõem a Intersul exaltam a postura da CIPA - Sede e estão acompanhando de perto o desenrolar desse caso. Entendem que foi coerente a atitude da Comissão que, segundo a mesma, foi tomada em atenção à Carta Aberta resultante do V Encontro de cipistas da Eletrosul e considerando a Notificação Recomendatória emitida pelo Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina.

A correspondência da CIPA integrará-se aos documentos da Ação Processual da nova política de operação que está em andamento no Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina.

## MARX, MAIS VIVO E ATUAL DO QUE NUNCA, 129 ANOS APÓS SUA MORTE

Em um dia como hoje [14/03], há 129 anos, morria placidamente em Londres, aos 65 anos de idade, Karl Marx. Correu a sorte de todos os grandes gênios, sempre incompreendidos pela mediocridade reinante e o pensamento dominado pelo poder e pelas classes dominantes. Como Copérnico, Galileu, Servet, Darwin, Einstein e Freud, para mencionar apenas alguns poucos, foi menosprezado, perseguido, humilhado. Foi ridicularizado por anões intelectuais e burocratas acadêmicos que não chegavam a seus pés, e por políticos complacentes com os poderosos de turno, a quem causavam repugnância suas concepções revolucionárias.

A academia cuidou muito bem de fechar suas portas, e nem ele e nem seu eminente colega, Friedrich Engels, jamais habitaram os claustros universitários. E mais, Engels, que Marx disse ser "o homem mais culto da Europa", nem sequer estudou em uma universidade. Mesmo assim, Marx e Engels produziram uma autêntica revolução copernicana nas humanidades e nas ciências sociais: depois deles, e ainda que seja difícil separar sua obra, podemos dizer que, depois de Marx, nem as humanidades, nem as ciências sociais voltariam a ser como antes. A amplitude enciclopédica de seus conhecimentos, a profundidade de seu olhar, sua impetuosa busca das evidências que confirmassem suas teorias fizeram de Marx, suas teorias e seu legado filosófico mais atuais do que nunca.

O mundo de hoje, surpreendentemente, se parece ao que ele e seu jovem amigo Engels prognosticaram em um texto assombroso: o Manifesto Comunista. Esse sórdido mundo de oligopólios de rapina, predatórios, de guerras de conquista, degradação da natureza e saque dos bens comuns, de desintegração social, de sociedades polarizadas e nações separadas por abismos de riqueza, poder e tecnologia, de plutocracias travestidas de democracia, de uniformização cultural pautada pelo american way of life, é o mundo que antecipou em todos os seus escritos.

Por isso são muitos que, já nos capitalismo desenvolvidos, se perguntam se o século 21 não será o século de Marx. Respondo a essa pergunta com um sim, sem hesitação, e já estamos vendo: as revoluções em marcha nos países árabes, as mobilizações dos indignados na Europa, a potência plebéia dos islandeses ao enfrentarem e derrotarem os banqueiros, as lutas dos gregos contra os sádicos burocratas da União Européia, do FMI e do Banco Central Europeu, o rastro de pólvora dos movimentos nascidos a partir do Occupy Wall Street, que abarcou mais de cem cidades estadunidenses, as grandes lutas da América Latina que derrotaram a ALCA e a sobrevivência dos governos de esquerda na região, começando pelo heróico exemplo cubano, dentre muitas outras mostras de que o legado do grande mestre está mais vivo do que nunca.

O caráter decisivo da acumulação capitalista, estudada como ninguém mais o fez em *O Capital*, era negado por todo o pensamento da burguesia e pelos governos dessa classe, que afirmavam que a história era movida pela paixão dos grandes homens, as crenças religiosas, os resultados de heróicas batalhas ou imprevistas contingências da história. Marx tirou a economia das catacumbas e não só assinalou sua centralidade como demonstrou que toda a economia é política, que nenhuma decisão econômica está livre de conotações políticas. E mais, que não há saber mais político e politizado do que a economia, rasgando as teorias dos tecnocratas de ontem e hoje que sustentam que seus planos de ajuste e suas absurdas elucubrações econométricas obedecem a meros cálculos técnicos e são politicamente neutros.

Hoje ninguém acredita seriamente nessas falácias, nem sequer os porta-vozes da direita (ainda que se abstenham de confessar). Poderia se dizer, provocando o sorriso debochado de Marx lá do além, que hoje são todos marxistas, mas à lá Monsieur Jordan, personagem de *Le Bourgeois gentilhomme* (*O gentil homem burguês*, *O Burguês ridículo*, dentre outras traduções já feitas da obra), de Molière, que falava em prosa sem saber. Por isso, quando estourou a nova crise geral do capitalismo, todos correram para comprar *O Capital*, começando pelos governantes dos capitalismo metropolitanos. É que a coisa era, e é, muito grave pra perderem tempo lendo as bobagens de Milton Friedman, Friedrich Von Hayek ou as monumentais sandices dos economistas do FMI, do Banco Mundial ou do Banco Central Europeu, tão ineptos como corruptos e que, por causa de ambas as coisas, não foram capazes de prever a crise que, tal como tsunami, está arrasando os capitalismo metropolitanos. Por isso, por méritos próprios e vícios alheios, Marx está mais vivo do que nunca e o faro de seu pensamento ilumina de forma cada vez mais esclarecedora as tenebrosas realidades do mundo atual.

Atilio Boron é doutor em Ciência Política pela Harvard University, professor titular de Filosofia da Política da Universidade de Buenos Aires e ex-secretário-executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Tradução: Gabriel Brito, jornalista do Correio da Cidadania.

## SOCIEDADE

### Companheiro do Stieec é homenageado por Bombeiros



O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Concórdia, Altair José Schiochett, foi homenageado pelo Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia, durante as comemorações do dia do bombeiro.

Componente da primeira equipe de Bombeiros Voluntários da cidade, formada em 1982, Altair também mi-

nistra aulas de segurança com eletricidade na escola da entidade.

Os sindicatos que compõem a Intercel parabenizam o companheiro que, além de lutar pela Celesc pública e pelos trabalhadores com o Stieec, presta esse grande serviço à sociedade.

**PARTICIPEM DA ASSEMBLEIA ESTADUAL!  
DIA 04/08 EM FLORIANÓPOLIS  
TODOS JUNTOS NA CONSTRUÇÃO DE UM  
ACT JUSTO!**

**Procure seu sindicato e marque presença nesta luta!**

